

Educação

A IMPLANTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL PARA O QUADRO COMPLEMENTAR DE OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Francisco Pinheiro Rodrigues Silva Netto¹
Anaditália Pinheiro Viana Araújo²

Resumo. O Exército Brasileiro vem buscando, ao longo de sua história, qualificar recursos humanos para desempenhar suas funções da melhor forma possível. Um importante passo neste sentido foi dado com o processo de modernização. Tal processo constituiu-se numa série de medidas que visaram a um melhor aparelhamento do Exército e que atingiram também o ensino, daí a expressão “modernização do ensino”. Todas as escolas do Exército Brasileiro realizaram ações no sentido de implementar essa modernização, em consonância com a legislação pertinente. A EsAEx, estabelecimento de ensino encarregado da formação do oficial do Quadro Complementar de Oficiais, realizou adaptações em sua documentação de ensino; adequou processos de ensino-aprendizagem e empreendeu esforços para alcançar esse objetivo, assim construindo sua história, sob os auspícios da contemporaneidade. Este trabalho traz um breve relato acerca da evolução do Curso de Formação de Oficiais do QCO, aborda as modificações empreendidas no sentido de adequá-lo aos novos rumos do ensino no EB e se finaliza com uma proposta de curso de aperfeiçoamento para os oficiais integrantes do Quadro, no qual o mestrado profissional pode ser adotado como umas das formas de capacitação daqueles militares.

Palavras-chave: Modernização do ensino. Formação de Oficiais. Qualificação de Recursos Humanos. Mestrado profissional.

Abstract. Along its history, the Brazilian Army has been trying to qualify its human resources to better perform its functions. In order to do so, an important step was given with the modernization process. Such process was defined as a package of measures that viewed to supply the Army with better equipment and, as a consequence, to improve the Army educational system. From this movement the expression “teaching modernization” was created. All the schools of the Brazilian Army made actions in order to implement the modernization process according to the pertinent legislation. The EsAEx (Army Management School), teaching establishment in charge of the Officer Complementary Board formation, made adaptations in its teaching documentation, adjusted the learning-teaching processes and implemented a great effort aiming at modernizing teaching. This way, the

¹ Mestrado em Ciências Militares. Escola de Administração do Exército(EsAEx), Salvador, Brasil. tcsilvanetto@esaex.ensino.eb.br.

² Graduação em Enfermagem e Obstetrícia. Escola de Administração do Exército(EsAEx), Salvador, Brasil.capanaditalia@esaex.ensino.eb.br.

school has been constructing its history under the vanguard of the new times. This paper briefly relates the evolution of the Officer Formation Course and the changes created to adequate it to the new orientations of the teaching system at the Brazilian Army. Finally, it presents a proposal for a post-degree course to the officers who integrate the Complementary Board. In such course, the professional master degree can be adopted as one of the ways of professional improvement of those officers.

Keywords: Teaching Modernization. Officers Formation. Human Resources Qualification. Professional Master Degree.

1 Introdução

O Exército Brasileiro busca, para melhor cumprir sua missão constitucional, qualificar seus recursos humanos à luz das mais modernas teorias da educação.

Essa visão de futuro fez perceber, por meio de estudos e observações ao longo dos anos, a necessidade de rever processos de ensino-aprendizagem, documentações e legislações de ensino. Tal preocupação deu origem a um grande projeto denominado “modernização do ensino”.

A modernização, pensada a partir de meados da década de 1990, passou a ser uma realidade contínua nas escolas do Exército Brasileiro (EB), envolvendo todas as áreas de ensino. Com a implementação, os Estabelecimentos de Ensino da Instituição buscaram alinhar-se com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, objetivando facilitar os intercâmbios entre o Exército e os estabelecimentos

de ensino civis, sedimentar o respeito e o reconhecimento mútuos, e estimular a produção do conhecimento por intermédio da pesquisa científica.

O EB promove o ensino em quatro grandes linhas: a linha bélica, voltada para a formação do militar combatente; a científico-tecnológica, voltada à capacitação em ciência e tecnologia; a linha de saúde, voltada à formação do pessoal de saúde e a complementar, voltada à capacitação militar em áreas de interesse do Exército. As áreas de formação dos militares da linha complementar, atualmente, são: Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Economia, Enfermagem, Estatística, Informática, Magistério, Medicina Veterinária, Pedagogia e Psicologia.

Em 1989 foi criado o Quadro Complementar de Oficiais (QCO) para suprir as necessidades de pessoal em áreas específicas do conhecimento. Com a missão de formar os militares desse Quadro, encontra-se a Es-

cola de Administração do Exército (EsAEx), que viabilizou a modernização do ensino ao valorizar os trabalhos em grupo, em substituição às inúmeras avaliações somativas das diversas áreas específicas, e fomentou a elaboração e a produção de trabalhos interdisciplinares e artigos científicos

A Divisão de Ensino da EsAEx, atualmente, está realizando tarefas com o objetivo de implementar a pós-graduação *lato sensu* para o atual curso de formação militar, de acordo com as normas do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), visando a contribuir com o reconhecimento da Escola e sua valorização por parte da comunidade científica. Concluída essa etapa, para o ano de 2008, os alunos concludentes do Curso de Formação de Oficiais (CFO) receberão o título *lato sensu*, em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

No intuito de aprofundar a discussão acerca da importância da pós-graduação para o oficial do Quadro Complementar, este artigo discorrerá sumariamente sobre a evolução da formação do QCO e proporrá o mestrado profissional (MP) como estratégia de aperfeiçoamento do Quadro e, conseqüentemente, do capital intelectual do EB.

Essa tarefa se iniciou com amplo

levantamento bibliográfico e consulta às diretrizes e normatizações sobre o ensino no Exército, bem como a legislação que trata da temática em âmbito civil.

2 Modernização do Ensino

A estrutura do Sistema de Ensino no EB possui características próprias. Isto favorece o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem no âmbito dos Estabelecimentos de Ensino, através de seus departamentos e diretorias, sendo os cursos agrupados de acordo com sua vocação de ensino, quer sejam de formação, de aperfeiçoamento, de especialização ou de extensão.

Essa peculiaridade favorável de o ensino no Exército ter regulamentação própria se caracteriza pelo fato de as atividades ligadas ao planejamento, condução, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem estarem regulamentadas, ou seja, todos os procedimentos adotados são fundamentados, sistematizados e padronizados por normas e regulamentos. Como a legislação de ensino adotada no EB guarda correlação com o sistema nacional, há o reconhecimento externo dos cursos realizados pela Instituição (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006). Além disso, o processo de moderni-

zação provocou a necessidade de aproximação e de intercâmbio com as universidades públicas e privadas (FROTA, 2006) e, por conseguinte, a adoção de um espírito científico.

Diante da percepção da necessidade de resolver as situações-problema decorrentes do novo cenário mundial, surgem as necessidades de criar dispositivos, alternativas, mecanismos que capacitem, através da formação, o profissional a enfrentar e resolver os problemas surgidos dia a dia, no desempenho de suas funções. O currículo e o perfil profissiográfico dos cursos devem manter estreita inter-relação, acompanhando o ritmo das transformações do mundo atual (FROTA, 2006).

Desde a criação do Quadro Complementar, o programa curricular do curso de formação sofre modificações que buscam melhor capacitar o futuro oficial. Com o advento da modernização, ocorreram significativas mudanças na concepção do curso e nos processos ensino-aprendizagem.

Quanto à concepção do curso, houve uma modificação do perfil profissiográfico do oficial QCO visando adequá-lo ao que se espera do militar do século XXI. Conseqüentemente, documentos de currículos e planos de disciplinas foram atualizados, enfatizando-se um núcleo central de

conhecimentos indispensáveis (*core*). Com relação ao processo ensino-aprendizagem, o foco passou a ser o aluno, o qual gerencia o seu aprendizado, configurando, assim, o “aprender a aprender” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1995). A metodologia deste *modus fasciendi* leva à adoção de uma nova postura na prática docente; conduz a uma análise dos fatores que influenciam o processo ensino-aprendizagem e, destacadamente, contribui para uma reflexão acerca do tipo de profissional que se pretende formar.

O projeto interdisciplinar, gestado no processo de modernização do ensino, é um trabalho que objetiva

[...] integrar o maior número possível de disciplinas. Apresenta aos discentes um problema cuja solução depende de conhecimentos de várias áreas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1995, p.3).

Atendendo a esta diretriz do DEP, a EsAEx implementou o projeto interdisciplinar como avaliação somativa no ano de 1998. No período de 1998 a 2002, este projeto era elaborado no âmbito das áreas específicas, por meio da integração das diversas disciplinas que compunham o documento de currículo de cada área. A partir do ano de 2003, alunos de diferentes áreas de formação passaram a

compor os grupos de trabalho e a integração dos saberes passou a ocorrer no nível de maior complexidade. Concomitante a isso, teve início a produção de artigos científicos, reflexo da preocupação da Escola de Administração do Exército em caminhar em sincronia com as demais instituições de ensino superior.

No ano de 2005, mercê da alta qualidade dos artigos científicos produzidos pelos alunos do CFO em diversas áreas, foi editada a primeira Revista Científica da EsAEx, seguida dos números 2 e 3, no ano de 2006 e de mais dois números no ano de 2007.

A almejada excelência de ensino em uma escola é corroborada pela presença da interdisciplinaridade, materializada com a execução dos Projetos Interdisciplinares. Buscando a contextualização dos assuntos ministrados, objetiva-se a facilitação da visão sistêmica de todo o processo, através da valorização do trabalho em grupo e pela evolução da prática pedagógica. Essa dinâmica terá reflexos positivos na interação entre as várias especialidades e, por conseqüência, nas suas linhas de ensino. Inclusive, Essa prática pedagógica, efetivamente, viabiliza e incentiva uma postura ativa e participativa, além do desenvolvimento de um pensamento crítico-reflexivo (FROTA, 2006, p. 39).

Os trabalhos elaborados pelos oficiais alunos - artigo científico e projeto interdisciplinar - possuem características similares aos trabalhos de conclusão de curso. Fischer (2005, p. 28) considera que, em linhas gerais, um trabalho de conclusão de curso deve descrever e discutir os resultados, contendo “conclusões e recomendações de aplicações práticas a serem ancoradas em um referencial teórico.” Este trabalho tem incluído em seu conteúdo

[...] resultados de estudos de casos, desenvolvimentos e descrição de metodologias, tecnologias e *softwares* e patentes que decorrem de pesquisas aplicadas (FISCHER, 2005, p. 28).

Dessa maneira, os trabalhos apresentados ao término do curso de formação pelos oficiais alunos, atendem aos requisitos de um relatório de conclusão de curso.

No entanto, para a implementação de um curso de pós-graduação, quiçá um mestrado profissional no CFO, será necessário aprimorar e adequar novos critérios ao que hoje é exigido neste curso.

3 Mestrado Profissional

O desenvolvimento econômico e social é determinado, dentre outros fatores, pela qualificação da forma-

ção profissional, que por sua vez pode ser alcançada através da pós-graduação. Ribeiro (2005, p. 10) reconhece a necessidade de formação qualificada “[...] mesmo para setores que não lidam com a docência nem com a pesquisa”.

O Mestrado Profissional (MP) pre-ocupa-se com a formação de um público cientificamente qualificado, fazendo com que o conhecimento de alto nível chegue a uma sociedade e atenda às suas exigências. Ribeiro (2005, p. 11) defende a transferência do conhecimento e seus benefícios para diversos setores da sociedade, como: empresas, movimentos sociais e o setor público.

Várias etapas foram percorridas até que o MP assumisse o destaque nos dias de hoje. Efetivamente, sua regulamentação ocorreu através da Portaria nº 47/95. Entretanto, o então Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 977, ainda no ano de 1965, trabalhava “[...] a idéia de uma pós-graduação profissional” (SPAGNOLO, 2005, p. 7). Nos anos 60, consolidou-se o *lato sensu*; nas décadas de 70 e 80, fortemente orientada à formação de pesquisadores, sedimenta-se a pós-graduação *stricto sensu*. Os esforços estavam voltados a qualificar pessoal para o ensino e institucionalizar a pesquisa (FISCHER, 2005, p.25).

Na década de 90, houve a expansão de mestrados e doutorados e o surgimento dos primeiros cursos de MP data de meados dessa década, quando foi detectada a necessidade de orientar o ensino para sua aplicação e estabelecida a rota alternativa de formação, estabelecendo a diferença entre o curso acadêmico e o curso profissional (FISCHER, 2005, p. 24-25). Ainda nos anos 90, a Portaria nº 80/98 revogou a portaria nº 47/95. Nesse período, segundo Fischer (2005, p. 25), chega ao Brasil a “[...] versão glamourizada da especialização com a rotulação de MBA, aos cursos de Administração [...]” cuja sigla foi sucessivamente utilizada por outros cursos, desvinculando-se do seu sentido original e “[...] ganhando significados associados à competência profissional que o mercado requer em setores específicos [...]”.

O reflexo dessa flexibilidade na pós-graduação, anexando aos cursos o famoso “viés profissional”, traduz-se no expressivo número de cerca de 140 mestrados existentes e um outro expressivo número de propostas aguardando regulamentação (SPAGNOLO, 2005, p. 5).

A pós-graduação não está associada, exclusivamente, à vida acadêmica. É prática, relativamente comum a absorção desses profissionais com

elevado conhecimento científico pelas grandes instituições. Mesmo sem as devidas informações quanto ao destino tomado pelos egressos dos cursos de pós-graduação, Veloso, citado por Ribeiro (2005, p. 10) revela em sua pesquisa “Mestres e doutores no Brasil: destinos profissionais e modelos de pós-graduação” que “dois terços dos mestres e um terço dos doutores encaminham-se para destinos que não são os do ensino superior”.

Insistindo na flexibilidade e capacidade de adequação dessa modalidade de pós-graduação, acrescentando organicidade, inovação e aplicabilidade, Fischer (2005, p.27) detalha a variação

[...] quanto aos públicos a quem se destina, quanto à estrutura, ao local e tempo de duração, exigências de dedicação do estudante e natureza do ensino.

oferecendo, ainda dois modelos: o MP generalista, que forma profissionais multiqualificados em nível estratégico e o MP focalizado, que forma profissionais para setores específicos de atividades.

Ressalta-se, porém, que, mesmo diante de experiências de destacado sucesso, o MP merece tratamento “individualizado”, digno de minucioso estudo para adequá-lo ao atendimento

de demanda específica. O modelo deve servir de parâmetro, mas as particularidades de cada caso devem ser contempladas (ANDRADE; RIZZI e ALMEIDA, 2005, p. 59).

A necessidade de introduzir novas tecnologias, com os mais diversificados objetivos, a uma empresa em reconhecido crescimento no mercado, como é o caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), impulsionou a decisão de estabelecer uma parceria com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Na realidade, os laços de cooperação mútua já estavam presentes entre as instituições. No momento da criação e implementação do Programa de Mestrado Profissional em Engenharia Aeronáutica, em 2002, existia, por um lado, a carência de profissionais experientes na atividade e, por outro lado, experiências bem-sucedidas em treinamentos altamente específicos (ANDRADE; RIZZI e ALMEIDA, 2005, p. 49-51). Essa necessidade técnica levou ao investimento estratégico no MP, cujo programa foi aprovado pela Capes em março de 2003 (ANDRADE; RIZZI e ALMEIDA, 2005, p.52).

4 Mestrado Profissional para QCO - Uma visão de futuro

A implantação dos programas de pós-graduação de níveis *latu sensu* e *stricto sensu*, nos estabelecimentos de ensino subordinados ou vinculados ao DEP, constitui uma de suas diretrizes (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006a). A EsAEx, em cumprimento a esta diretriz, implantará a pós-graduação *latu sensu* no ano de 2008.

Considerando que os candidatos ao CFO do Quadro Complementar (CFO/QC) são graduados em áreas específicas e que, a partir de 2008, a conclusão do CFO terá o reconhecimento de pós-graduação *latu sensu*, com o título de Aplicações Complementares às Ciências Militares, vislumbra-se na seqüência da formação profissional, como uma das possibilidades de pós-graduação *stricto sensu*, o mestrado profissional.

Cumprindo assinalar que o oficial do QCO realiza, aproximadamente dez anos após a sua formação militar, o Curso de Aperfeiçoamento Militar (CAM), pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), na modalidade EaD (ensino a distância). Hoje, o CAM não aborda, integralmente, a área de formação e não contempla a experiência do militar na sua área específica na instituição.

Partindo destas constatações, percebe-se a necessidade de uma adequação do referido curso às expectativas profissionais específicas dos militares do Quadro. Assim, poder-se-ia adotar como pré-requisito a experiência na área de atuação do militar à época da realização do CAM. Dessa forma, a produção de conhecimento estaria voltada à solução de problemas identificados ao longo de sua permanência na instituição. Castro (2005, p. 17) revela como uma parte do mercado carece de uma preparação além da graduação e como “[...] a utilização da prática do cotidiano e a convivência com os melhores profissionais do ramo[...]” tanto em empresas como em instituições públicas, podem ser aproveitadas como rico complemento ao mestrado profissional.

Assim, baseado nas recentes normatizações do Art 19, da IR 60-37 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006b), a propor-se o seguinte:

- a) o CAM, em caráter obrigatório, dispondo de carga horária de 180 horas, na modalidade EaD, com conteúdo voltado ao conhecimento militar, mantendo as características curriculares atuais, tendo associada a pesquisa cujo trabalho de conclusão de curso poderá ser um artigo científico, será ca-

racterizado como curso de aperfeiçoamento;

b) O MP, em caráter obrigatório ou não, após a realização do CAM, visando à solução de problemas inerentes à sua área de atuação do militar. Este MP, por sua vez, terá carga horária, conteúdo e produto de pesquisa adequados ao curso, podendo ser realizado em estabelecimento de ensino militar devidamente estruturado para tal, ou em Instituições Civis Nacionais (ICN), mediante convênios. O concludente receberá o título de mestre em ciências militares, com ênfase em cada área específica.

Em tese, o CAM, como curso de aperfeiçoamento, será pré-requisito para o mestrado profissional. A obrigatoriedade deste último seria estabelecida em função das necessidades da Força. Para o mestrado profissional, segundo Ribeiro (2005, p. 15) existe a pretensão de, através da pesquisa, formar um profissional que “[...]saiba localizar, reconhecer, identificar e [...] agregar valor a suas atividades [...]”, refletido na capacidade do titulado “[...]interferir positivamente no ambiente profissional”. Diante dessa complexidade, é fundamental que o curso seja na modalidade semi-presencial, sendo, entretanto, a apre-

sentação da dissertação necessariamente presencial.

Uma possível estrutura para o MP realizado em um estabelecimento de ensino militar apresentaria: um primeiro momento realizado a distância, no qual o conteúdo abordado será de caráter profissional militar comum a todas as especialidades do QCO. Numa segunda fase, presencial, realizada na EsAEx, serão tratadas as disciplinas Metodologia do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa Científica. Além disso, o discente iniciará os trabalhos atinentes a sua dissertação, sob orientação de docente daquela Escola. A terceira fase do curso seria destinada à elaboração da dissertação, na modalidade não-presencial.

Embora o ensino militar seja regulamentado por legislação específica, emanada do DEP, é desejável a integração com as instituições de ensino superior civis, e como o curso de mestrado profissional é avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é conveniente que os estabelecimentos de ensino militar que ministrarão o curso atendam às exigências daquele órgão para que haja pleno reconhecimento na comunidade científica.

Para viabilizar a implantação do mestrado profissional, é necessário reestruturar as seções de ensino da

Divisão de Ensino (DE) da EsAEx. O corpo docente, considerando uma pós-graduação que valorize a experiência profissional e que seja destinada a quem trabalha, deve ser constituído de um grupo com três perfis distintos. Quando Castro (2005, p.23) destaca as condições de sobrevivência e êxito do mestrado profissional, classifica os docentes, a partir dos seus respectivos perfis em: “[...]os mais acadêmicos, com seus conhecimentos teóricos mais profundos[...]”; os profissionais/acadêmicos, ricos em experiência e dominadores de conhecimento teóricos; e, por fim, os praticantes ou com pouca vivência acadêmica, cuja prática e a arte do bem fazer lhes dão destaque, transformando-os em estrelas e exemplos a ser seguidos no mundo institucional em que vivem. Fischer (2005, p. 26) não só comunga dessas idéias como reconhece ser “[...] um ponto polêmico, que envolve riscos e possibilidades [...]”, detalhando a formação do corpo docente sob o aspecto quantitativo e qualitativo, esclarecendo ser uma “[...]decisão criteriosa e não aleatória”.

Neste sentido e, principalmente, fazendo jus à essência da proposta de modernização do ensino no Exército Brasileiro, reitera-se a necessidade do aperfeiçoamento do corpo docente. Ao se propor um curso de pós-graduação

é fundamental que se observe o nível de qualificação dos docentes e que se busque capacitá-los para o exercício da docência superior. Assim, o incentivo ao auto-aperfeiçoamento do corpo docente em instituições civis, seja por meio de mestrado ou doutorado, deve estar na pauta das metas da EsAEx quando da implementação da pós-graduação *lato sensu* no curso de formação de oficiais do QCO.

5 Conclusão

A modernização do ensino no Exército no contexto das crescentes mudanças e evolução das demais instituições nacionais olha seus projetos, tanto os consolidados quanto aqueles em andamento, sob a perspectiva da permanente avaliação e atualização. Para a consecução desses objetivos, a capacitação dos recursos humanos para o enfrentamento dos desafios do terceiro Milênio deve ser uma necessidade prioritária.

A proposta do mestrado profissional vai ao encontro desta expectativa e preenche uma lacuna no aperfeiçoamento do oficial do QCO, que, ao longo de sua carreira não realiza um aperfeiçoamento nas condições ideais e que venha a somar mais benefícios à Instituição. Sua implementação pode ser absorvida como a consolidação das di-

retrizes do Chefe do DEP/2007. Para essa modalidade de formação, os padrões de exigências devem ser extremamente rígidos, primando pela excelência da qualidade técnica material e pessoal do curso.

O expressivo sucesso do Programa de Mestrado Profissional em Engenharia Aeronáutica, ITA-Embraer oferece segurança para ser seguido como referência pelo EB.

O potencial da execução propriamente dita indica que a experiência será enriquecedora e relevante para todas as partes envolvidas: corpo docente, corpo discente, Escola de Administração do Exército e, em sua amplitude, o Exército Brasileiro.

Este artigo sintetiza uma proposta não-acabada, portanto passível de complementações necessárias ao aprimoramento das sugestões aqui elencadas. Após a implementação da pós-graduação, no ano de 2008, novos elementos serão agregados à idéia inicial, permitindo, assim, melhorias desta proposta, com mais detalhes e ajustes pertinentes.

Referências

ANDRADE, D. de; RIZZI, P.; ALMEIDA, S. F. M. de. Experiência em parceria estratégica: mestrado profissional em Engenharia Aeroná-

utica, ITA-Embraer. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 48-60, jul. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Civil de Nível Superior. Portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 30 maio 2007.

CASTRO, C. de M. A hora do mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 16-23, jul. 2005.

DOURADO, I. et al. Mestrado profissional em saúde coletiva: uma proposta alternativa para a qualificação de dirigentes e técnicos em saúde - Instituto de Saúde Coletiva da UFBA (2001 – 2005). **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 2, n. 4, p. 65, jul. 2005.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Departamento de Ensino e Pesquisa. **Diretrizes do chefe do DEP/2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://intranet/anexos>

diretriz_do_chefe_do_dep_2007.pdf>. Acesso em :26 maio 2007.

_____. Departamento de Ensino e Pesquisa. **Fundamentos para a modernização do ensino**. Rio de Janeiro, 1996. Mimeo.

_____. Departamento de Ensino e Pesquisa. Portaria nº 25, de 6 de setembro de 1995. Diretriz para a modernização do ensino na área do DEP. Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://biblioteca.eb.mil.br/Sisleg_imgLegado/Ano_1995/Be3895/DEP_19950906_000025.tif>. Acesso em: 26 maio 2007.

_____. EME Portaria nº 135, de 31 de outubro de 2006a. Aprova as instruções reguladoras da organização e da execução dos cursos de graduação, de especialização-profissional, de extensão e de pós-graduação, no âmbito do DEP (IR 60-37). Disponível em: <http://www.dep.ensino.eb.br/pag_portarias_08.htm>. Acesso em: 25 maio 2007.

_____. EME Portaria nº 154, de 07 de dezembro de 2006b. Aprova

as instruções reguladoras para suprimento, diplomação, certificação, apostilamentos e registros de cursos conduzidos por instituições de ensino superior subordinadas ou vinculadas ao departamento de ensino e pesquisa (IR 60-33). Disponível em: <http://www.dep.ensino.eb.br/pag_portarias_08.htm>. Acesso em: 25 maio 2007.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005.

FROTA, M. C, de C. (Org.). **Lições aprendidas no ensino: coletânea de artigos sobre a modernização no Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: DEP/CEP, 2006. Mimeo.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, jul. 2005.

SPAGNOLO, F. Editorial. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-7, jul. 2005.